

Constituinte 1987

ALUIZIO NAPOLEÃO

15 NOV 1986

Editorial p 2
térios e animosidades improdutivas.

A perspectiva da eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte, em qualquer país e em qualquer época, é um acontecimento transcendente na vida de um povo, provocando o interesse geral da população, pela sua importância implícita para a coletividade, pois os eleitos terão a responsabilidade de estruturar juridicamente a vida política nacional, de acordo com as necessidades sociais de sua época.

O Brasil mantém, neste momento, o seu ritmo democrático com o pleito eleitoral, em que o povo determinará suas preferências, sendo responsável pela escolha de seus representantes. A ansiedade que se apossa das criaturas, nesta fase histórica da vida brasileira, é peculiar a este momento de alta magnitude para o futuro da nação.

A Assembleia Nacional Constituinte vai plasmar, para o futuro, as normas que regerão a organização política do Estado, assegurando os direitos e determinando os deveres dos cidadãos. Uma carta política como a que se vai elaborar deve ser inspirada nos ideais e necessidades sociais do momento em que vivemos. Não poderá ser um texto frio, mas terá de refletir as imperiosas aspirações de nossa época, não podendo estar ausente dela um fator ponderável: a indispensabilidade de se atender ao equilíbrio social, isto é, de se evitar que, daqui para o futuro, tenhamos as desigualdades flagrantes entre os muito ricos e os muito pobres, sem quebra da iniciativa privada, dada à experiência de que o Estado não pode tudo e que o estímulo individual é necessário para que as capacidades empreendedoras possam construir a riqueza nacional, sem afetar o poder aquisitivo da população.



Esse, a meu ver, o ponto nevrálgico da futura carta política, a importância do equilíbrio que deverão ter os líderes da nova Constituinte, para saber dosar, no entretanto que certamente haverá entre os radicalismos da direita e da esquerda, as medidas que serão de interesse nacional neste momento efervescente em que as forças vivas do País se exteriorizam e brotam com extrema intensidade.

Está claro que em uma câmara tão complexa, advinda de diversas tendências, é indispensável que os seus principais líderes, suas melhores cabeças coordenem e orientem os novatos, canalizando suas idéias no melhor sentido, procurando a essência do que for de benefício para o futuro do País. Além dos homens experimentados, haverá os que se revelarão, para erguer uma carta à altura do momento histórico que estamos vivendo, em que a democracia está sendo restaurada em sua plenitude, com a garantia dos direitos individuais dos cidadãos.

A luta vai ser grande, no plenário da Constituinte, para conter os exaltados e alguns alucinados demagogos que quererão impôr as suas posições partidárias, que nem sempre correspondem aos interesses da nação como um todo. Creio que os meios de comunicação terão, nesse momento, grande importância, para não fazer com que as águas sujas transbordem, manchando o trabalho construtor dos constituintes. Nesse ponto é que as lideranças terão de exercer, com a sua cultura, com sua experiência, seu equilíbrio, uma função moderadora indispensável ao sucesso da elaboração da futura Carta Magna do País. A experiência do nosso passado, com as Constituições de 1824, 1891, 1934 e 1946, demonstrou que, apesar dos receios de tumultos, desavenças perigosas, exaltações violentas, os trabalhos foram coordenados pelas melhores cabeças e que a ação conciliadora, característica do povo brasileiro, triunfou, desfazendo as possibilidades de conflitos dele-

É necessário ressaltar, neste momento, a atitude que vêm mantendo as Forças Armadas, de expectativa consciente, após um longo período de domínio de um grupo que tinha suas origens remotas nos movimentos revolucionários que abalaram a nação durante muitos anos, supondo que poderia dirigir um grande País, como o nosso, melhor do que aqueles oriundos da soberania popular, que só pode ser aperfeiçoada através de longa experiência democrática. A atitude discreta e consciente dos militares, através do comportamento dos ministros que representam as Forças Armadas, mostra o amadurecimento do País, revelando que seus componentes, que saíram da massa da população, têm a consciência de que o único caminho a seguir é o da democracia, da lei e da ordem, através do exercício da soberania popular. É necessário, pois, que os militares não intervenham na vida política da nação e que, por sua vez, os políticos sem consistência não apelem para a intervenção dos militares visando garantir a sua ascensão e a sua sede de poder.

Por fim, não devemos deixar de refletir nas palavras de um grande estudioso de nossos problemas sociais e políticos, de quem dedicou sua vida a meditar sobre eles. Oliveira Viana, em sua obra *O Idealismo da Constituição*, ao abordar a realidade nacional de seu tempo: "Entre as coisas ensinadas, está esta: de que se, ontem, como agora, o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, é porque tem sido posto à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana; mas, nunca, à maneira brasileira".